

PLANEJAMENTO ESCOLAR: ANÁLISE DO REGIMENTO ESCOLAR COM FOCO NA PARTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fernando Romero¹

Jessica Dorneles Thomas²

Claudete da Silva Lima Martins³

Claudete Da Silva Lima Martins⁴

Resumo:

O trabalho sobre Planejamento Escolar: Análise do Regimento Escolar com foco na parte da educação inclusiva, tem por objetivo investigar o planejamento escolar no ensino comum, identificar práticas inclusivas realizadas e o que é previsto no Regimento Escolar para garantir a inclusão dos alunos com deficiência. Trata-se de uma pesquisa exploratória e é realizado em uma Escola Estadual de Ensino Médio na cidade de Bagé, através de análise documental do Regimento Escolar e entrevistas com a diretora, a supervisora e a professora com formação em Educação Especial. Nas entrevistas, foram feitas perguntas sobre a prática da Educação Inclusiva que está prevista no Regimento Escolar. Com o presente trabalho, conseguiu-se perceber que, mesmo com dificuldades e falta de capacitação para os professores do ensino comum, a escola faz o possível para atender as necessidades dos alunos com deficiências. A pesquisa, que começou em agosto de 2017, ainda está em andamento até dezembro do mesmo ano.

Palavras-chave: Planejamento Escolar; Regimento Escolar; Educação Inclusiva

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

PLANEJAMENTO ESCOLAR: ANÁLISE DO REGIMENTO ESCOLAR COM FOCO NA PARTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

¹ Aluno de graduação. fernandomromero97@gmail.com. Autor principal

² Aluno de graduação. jedorneles.thomas@gmail.com. Co-autor

³ Docente. claudetemartins@unipampa.edu.br. Co-autor

⁴ Docente. claudeteslm@gmail.com. Orientador



PLANEJAMENTO ESCOLAR: ANÁLISE DO REGIMENTO ESCOLAR COM FOCO NA PARTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1. INTRODUÇÃO

Para que a organização de uma escola seja estabelecida, há a necessidade de elaborar alguns documentos com as normas gerais que regularão as práticas escolares disciplinares e pedagógicas. O Planejamento Escolar é algo essencial para a construção de conhecimento sobre gestão e didática. Para FUSARI (1998, p.45) “Planejamento do ensino é o processo de pensar, de forma radical, rigorosa e de conjunto, os problemas da educação escolar, no processo ensino-aprendizagem”, portanto, abrange diversos aspectos como a elaboração, execução e avaliação de um plano de aula, que, por exemplo, deve conter decisões pedagógicas do professor a respeito do que ensinar, como ensinar e como avaliar o que ensinou. Mas será que o docente pensa em um planejamento inclusivo para suas aulas?

O assunto de inclusão educacional tem gerado discussões e polêmicas na atualidade. Segundo a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008 p.13) “A educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas do ensino regular.” E para isso, é necessário que haja algumas adaptações no planejamento escolar para que a escola possa atender a todos, sem deixar nenhum aluno desassistido.

Um dos documentos que estabelecem normas organizacionais é o Regimento Escolar, que o MEC define como “[...] a constituição da escola. É neste documento que devem constar as normas gerais que regularão as práticas escolares disciplinares e pedagógicas” (BRASIL, 2009, p.68).

Sabendo que a temática da inclusão no Brasil está ainda começando e que enfrenta algumas dificuldades para se efetivar, este trabalho de extrema importância tem por objetivo investigar o planejamento escolar no ensino comum, identificar práticas inclusivas realizadas e o que o Regimento Escolar de uma instituição pública de ensino garante para os alunos com deficiência.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória (GIL, 2008) com abordagem qualitativa e é realizado em uma Escola Estadual de Ensino Médio na cidade de Bagé. Inicialmente, realizou-se a análise documental do Regimento da escola no que diz respeito a inclusão dos alunos com deficiência. São sujeitos deste projeto, a diretora e a supervisora da escola e uma professora com formação em Educação Especial para realizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para coleta de dados, realizou-se até o momento, uma entrevista com a diretora, uma com a supervisora e uma com a professora do AEE para saber como são postas em prática as teorias citadas no Regimento Escolar. Nas entrevistas, foram feitas perguntas sobre a prática da Educação Inclusiva que está prevista no Regimento Escolar.

A pesquisa, que começou em agosto de 2017, ainda está em andamento até dezembro do mesmo ano. Porém, os dados coletados até agora são significativos para a compreensão da temática. Após coleta e organização dos mesmos, será realizada uma análise do conteúdo (BARDIN, 2009).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas fundamentações já citadas, o Regimento Escolar foi analisado para que houvesse uma compreensão de como se dá a educação inclusiva em uma escola de ensino comum. No corpo do documento aparecem, em forma de tópicos, títulos de processos que se tem em uma escola e textos que explicam como deve funcionar cada processo. No fim de alguns processos, o regimento explica como deve ser feita a adaptação curricular para que o aluno com deficiência possa ter a educação garantida.

No tópico *Metodologia de Ensino*, o Regimento deixa claro que “O aluno com necessidades educativas especiais, mediante comprovação de laudo médico, terá direito à adaptação curricular” (REGIMENTO ESCOLAR, 2005, p.9).

Sobre isso, a professora do Atendimento Educacional Especializado da escola diz que os professores devem fazer atividades de forma diferenciada para os alunos com necessidades especiais, e que, os professores se comprometeram, mediante ata em uma reunião. O texto ditado pelo professor em sala de aula, por exemplo, deve ser disponibilizado de forma impressa. A avaliação, deve ser adaptada com base num parecer descritivo sobre todo o desenvolvimento do aluno e os trabalhos solicitados para o aluno fazer fora da sala de aula, são feitos na sala de recursos com a professora do AEE. A

professora do AEE afirma que alguns professores da sala de aula têm muita dificuldade em fazer adaptações e que outros não têm interesse algum e não acreditam em inclusão.

No tópico *Estudos de Adaptação Curricular*, o Regimento mostra que

Aos alunos que apresentam um diagnóstico médico que comprovem alguma necessidade educativa especial, será realizada uma adaptação ao currículo pela professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado em conjunto com os professores regentes, visando garantir um acompanhamento da totalidade na qual está inserido, garantindo o acesso à educação de qualidade. (REGIMENTO ESCOLAR, 2015, P.10).

Sobre isso, a supervisora da escola diz que a professora do Atendimento Educacional Especializado, mediante um diagnóstico médico e conversas com os professores em sala de aula, vê a necessidade do que o aluno precisa desenvolver cognitivamente, como escrita e leitura, para que possa ser feita uma adaptação ao currículo.

A diretora da escola diz que alguns pais não admitem que os filhos são deficientes, não se fazem presente e não levam diagnósticos, o que torna mais difícil a adaptação curricular, tanto para escola, quanto para o aluno. Ela afirma que é um total “abandono intelectual”.

No tópico *Avaliação*, o Regimento mostra que

Os alunos que apresentam necessidades educativas especiais, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades terão direito a uma avaliação diferenciada, regulamentada através de parecer descritivo, especificando as habilidades e competências desenvolvidas, conforme legislação vigente. (REGIMENTO ESCOLAR, 2015, P.10).

Sobre isso, a supervisora da escola diz que alguns alunos fazem provas adaptadas, elaboradas pelos professores da sala de aula junto com a professora do Atendimento Educacional Especializado, que faz as adaptações nas provas com base num parecer descritivo sobre todo o desenvolvimento do aluno. Alguns alunos fazem a prova na sala do AEE por se sentirem mais à vontade, e outros fazem na sala de aula, junto com os demais alunos.

No tópico *Plano de Trabalho do Professor*, o Regimento mostra que “Para os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades, haverá metodologias apropriadas do Plano de Estudos, visando contemplar e garantir o acesso à educação de qualidade.” (REGIMENTO ESCOLAR, 2015, p.19).

Sobre isso, a supervisora da escola diz que a professora do Atendimento Educacional Especializado ajuda o professor de sala de aula a desenvolver atividades adaptadas e que alguns professores tentam, dentro das suas condições, desenvolver essas atividades. Alguns professores não fazem adaptações. Ela afirma também que “são poucos

os professores que têm capacidade de trabalhar com educação especial, então tentam, dentro do plano de estudos deles, irem adaptando para incluir esses alunos. ”

Faz parte do Regimento Escolar, o tópico *Sala de Recursos: Atendimento Educacional Especializado de Classe Regular*, onde são feitos os atendimentos a alunos com Deficiência Mental; DV; DA; TGD; AH/SD da escola e de escolar da região. Este atendimento ocorre de forma individualizada ou em pequenos grupos e deve acontecer no mínimo, uma vez por semana, em turno diferente daquele em que o aluno frequenta a classe comum. Sobre este tópico, o Regimento mostra que

O atendimento nas salas de recursos é complementar ao trabalho da classe comum no qual o aluno está matriculado, pois sua aprendizagem deve acontecer nessa classe, sendo a sala de recursos um local de apoio didático e pedagógico à construção desta aprendizagem e não reforço escolar. (REGIMENTO ESCOLAR, 2015, p.20)

Sobre isso, a supervisora diz que existe na escola, uma sala de recursos para atendimento dos alunos, equipada com computadores, DVD's, jogos, máquina em braile, materiais para pintar, almofadas e tapetes. Os alunos que frequentam as aulas nos turnos da manhã e noite, são atendidos no turno da tarde, e os que frequentam as aulas a tarde, são atendidos de manhã pela professora do AEE. Alguns alunos não frequentam em turno inverso porque não gostam, então a professora do AEE, em determinado momento, retira o aluno da aula e o leva para a sala de recursos para acompanhamento, mesmo sendo no mesmo turno em que o aluno frequenta a classe comum.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo investigar o planejamento escolar no ensino comum, identificar práticas inclusivas realizadas e o que o Regimento Escolar de uma instituição pública de ensino garante para os alunos com deficiência, conclui-se até agora, em razão do trabalho estar em andamento, que a escola tem algumas dificuldades na Educação Inclusiva por não ter professores capacitados e terem que dar suas aulas mesmo sem saber como trabalhar com alunos deficientes ou até mesmo os que não acreditam em inclusão e não fazem nenhum tipo de adaptação no plano de ensino. Pode-se perceber uma professora avaliando a prova de um aluno e dando mais nota para ele porque segundo ela, ele não tem a mesma capacidade que os demais. Em uma das entrevistas, nos foi relatado que a professora do AEE apresenta atestados e fica ausente da escola por um tempo, deixando os professores e alunos desassistidos. Nota-se que a atual gestão da escola faz o possível para atender as necessidades dos alunos, mesmo com todas as dificuldades.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Legislação Escolar, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=600-legislacao-escolar&Itemid=30192 <acesso em 22/09/2017>

BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> <acesso em 21/09/2017>

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

FUSARI, José Cerchi. O Planejamento do Trabalho Pedagógico: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas, Artigo Série Ideias no. 8. São Paulo, 1998. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf <acesso em 22/09/2017>

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008. Disponível em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> <acesso em 01/09/2017>